

Governador fará três vetos nos anexos

Além dos três vetos nos anexos do orçamento, o governador também não colocará sua assinatura em cerca de 2.500 emendas que simplesmente definem obras a serem realizadas sem definir os recursos necessários. Brizola irá acatá-las apenas como sugestões dos deputados. Há ainda proposições que serão ignoradas como, por exemplo, as duas que destinam recursos para reforma de escolas: uma da rede particular e outra municipal. Muitas vezes os deputados *confundem as bolas*. Por que deveria sair da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgotos) o dinheiro para construção de uma creche? Provavelmente, o que levou os deputados a ligarem uma coisa à outra foi o nome do local onde ela seria construída: Morro da Caixa D'Água.

Outro absurdo aprovado foi a destinação de recursos arrecadados com a Taxa de Incêndio (Cr\$ 5,9 bilhões) para a produção de um vídeo para a Secretaria de Agricultura. O dinheiro da Taxa de Incêndio é *carimbado*, ou seja, não

pode ser usado em outras instituições que não o Corpo de Bombeiros. Apesar de bem intencionados, alguns parlamentares acabaram piorando o que pretendiam melhorar. Para dobrar os recursos da Codin (Companhia de Desenvolvimento Industrial), um deputado resolveu tirar dinheiro de uma rubrica de despesa do Tesouro estadual. Acontece que esse dinheiro era exatamente o que seria repassado à Codin e, como a rubrica deixou de existir, a transferência de qualquer quantia ficou inviabilizada.

Quem ler as emendas à proposta orçamentária poderá pensar que seus autores são vereadores e não deputados. Isso porque são incontáveis as emendas que tratam de obras municipais e não estaduais. Além disso, o grau de detalhamento destas emendas e os valores destinados às obras beiram o ridículo. Algumas determinam, por exemplo, a construção de um único abrigo de ônibus em local minuciosamente descrito. Um deputado

achou que Cr\$ 30 milhões seriam suficientes para pavimentar a rodovia RJ-104, que liga Maricá a Itaboraí. Outro acredita que com apenas Cr\$ 2 milhões seria possível ampliar e reformar várias escolas.

O objetivo destas emendas absurdas é puramente eleitoreiro. Incluídas no orçamento, os deputados as apresentarão aos eleitores afirmando que estão lá por iniciativa deles e que o estado não fez as obras porque não quis. Além das 270 emendas que retiravam recursos da reserva de contingência, das cerca de 2.500 que não definiam recursos para as obras e das 190 que remanejavam recursos de uma rubrica para outras, os deputados fizeram ainda as subvenções sociais: destinação de recursos a entidades filantrópicas sem fins lucrativos. O *Papai Noel de Quintino*, deputado Albano Reis, por exemplo, destinou os Cr\$ 3 milhões de sua cota ao Centro de Reabilitação Albano Reis, de sua propriedade.